



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006861-77.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Sistema Nacional de Trânsito**  
 Requerente: **Roberval Pereira Rocha Junior**  
 Requerido: **Diretora da Ciretran de São Carlos/sp e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória com pedido de tutela antecipada ajuizada por **ROBERVAL PEREIRA ROCHA JÚNIOR** em face do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO- DETRAN/SP**, alegando, em síntese, que existem em seu prontuário dois processos administrativos. O primeiro de nº 2470-3/2013 e o segundo de nº 15234/2015 e que está sendo impedido de renovar sua CNH, pois houve o trânsito em julgado do P.A. Nº 2470-3/2013. Contudo, referido procedimento não respeitou o princípio da ampla defesa e do contraditório, uma vez que o recurso interposto à JARI não foi conhecido por faltar cópia de documento do procurador do autor. Requer a declaração de nulidade do processo administrativo apontado, ou, alternativamente, seja declarada a nulidade do processo administrativo a partir do julgamento da JARI.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 102).

O requerido ofereceu contestação (fls. 115/124), alegando, preliminarmente, competência absoluta dos juizado especial da fazenda pública. No mérito, ressaltou a licitude de sua postura e pugnou pela improcedência do pedido.

Réplica às fls. 174/176.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O feito comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez que não há necessidade da colheita de provas em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

audiência.

A presente causa insere-se entre aquelas de competência do JEFAZ, cuja competência é absoluta. O argumento sequer foi refutado pelo autor em réplica.

Como a referida competência está afeta a esta mesma vara da fazenda, por economia processual desde já profiro sentença, com observância, porém, das regras pertinentes a esse sistema dos juizados especiais e, ao final, determinando-se a redistribuição do processo para que tenha prosseguimento naquela sede.

Neste sentido:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. COMPETÊNCIA. VARA ÚNICA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. Embora os autos tenham tramitado pelo rito comum, não se vislumbra razão para redistribuição da ação de medicamento ao Juizado Especial, quando o juiz sentenciante é o mesmo que irá proferir a sentença no rito sumaríssimo. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Exclusão, nos termos do artigo 55 da Lei 9.099/95. Recurso parcialmente provido. (0000496-20.2014.8.26.0493. Apelação. Relator(a): Moacir Peres; Comarca: Regente Feijó; Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 18/05/2015; Data de registro: 20/05/2015).

Assim, doravante, o feito será processado observando-se o rito previsto na Lei 12.153/09. Encaminhem-se os autos ao Distribuidor para as retificações necessárias.

Os documentos trazidos com a inicial, comprovam ter o autor apresentado recurso à JARI, que não foi conhecido sob o fundamento de que "*nos termos do artigo 11 da Resolução Contran 182/2005, verifica-se a ausência de documentação que comprove a assinatura do procurador*" (fls. 23).

Dispõe o artigo 11 da Resolução 182/2005 do CONTRAN:

"Art. 11. A defesa deverá ser interposta por escrito, no prazo estabelecido, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- I - nome do órgão de registro da habilitação a que se dirige;
- II - qualificação do infrator;
- III - exposição dos fatos, fundamentação legal do pedido, documentos que comprovem a alegação;
- IV - data e assinatura do requerente ou de seu representante legal.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

§ 1º. A defesa deverá ser acompanhada de cópia de identificação civil que comprove a assinatura do infrator;

§ 2º. O infrator poderá ser representado por procurador legalmente habilitado mediante apresentação de procuração, na forma da lei, sob pena de não conhecimento da defesa."

Nota-se que referido artigo não exige que a defesa seja instruída com o documento do procurador do recorrente, sendo patente, dessa maneira, o cerceamento de direito de defesa do autor.

Assim, diante da flagrante nulidade do ato administrativo que não conheceu do recurso interposto à JARI pelo autor, reputo necessária a apreciação dos argumentos apresentados na referida data, com a reabertura do procedimento administrativo.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar a nulidade do Processo Administrativo nº 0002470-3/2013 desde a prolação da decisão copiada às fls.23 dos autos e, também, para determinar que a autoridade de trânsito encaminhe o recurso apresentado pelo autor à JARI para o seu regular processamento e julgamento.

Sem custas e honorários diante da ausência de previsão legal. (art. 27, Lei 12.153/09 e art. 55, Lei nº 9.099/95).

Com o trânsito em julgado, archive-se este feito com as cautelas de praxe.

**Redistribua-se ao JEFAZ.**

**P.I.**

São Carlos, 31 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**